

A CAPOEIRA: CULTURA DE RESISTÊNCIA POPULAR CONTRIBUINDO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

Álvaro Ludson Bitencourt Pinto¹

Anselmo da Silva Accurso²

RESUMO

Este artigo pretende mostrar os resultados de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de campo, na temática da capoeira-educação. O estudo realizado objetivou verificar as possíveis contribuições do ensino da capoeira para a implementação da Lei 10.639/2003, que obriga o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Esta lei e seus desdobramentos foram analisados dentro do contexto histórico que a originou. Assim como também analisou-se a importância da luta do movimento negro nessa conquista para a sociedade brasileira. A capoeira, como uma cultura de resistência Afro-Brasileira contra a dominação, mostrou-se uma importante ferramenta de ensino da temática Afro-Brasileira. Porém, para que a capoeira seja considerada um instrumento de educação, ela deve ter um caráter libertador, ou seja, não deve oprimir, pois assim estaria reproduzindo a ideologia dominante.

Palavras-chave: Capoeira.Educação.Lei10.639.Resistência.Movimento Negro.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda como temática o binômio capoeira-educação. Sua escolha deu-se pelo envolvimento do autor com esta prática e pela necessidade de rediscutir a capoeira no ambiente escolar. O primeiro termo, capoeira, trata-se de uma cultura de resistência popular criada por africanos escravizados aqui no Brasil; a capoeira é uma reação à ação opressora do colonizador. O segundo termo, refere-se à construção de conhecimentos, ideias, atitudes, valores e comportamentos por parte do sujeito, para que, de forma crítica e reflexiva, busque transformação. (TOZONI-REIS, 2009) Sabendo do potencial transformador da capoeira, a pergunta é: como o ensino da capoeira pode contribuir para a implementação da Lei

¹Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física / Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

²Orientador Profº Esp. Anselmo da Silva Accurso – reconhecido no meio capoeirístico como Mestre Ratinho.

10.639/2003, que torna obrigatório o ensino sobre a História e a Cultura Afro Brasileira nas escolas?

O objetivo deste estudo consiste em verificar as possibilidades e as dificuldades no ensino desta temática através da prática da capoeira. Para tanto, busca analisar a lei no contexto histórico que a originou, assim como seus desdobramentos; verificar o papel do movimento negro na sua criação; identificar a capoeira como cultura de resistência popular; analisar trabalhos de pesquisa que estejam relacionados com a temática capoeira-educação; verificar se a capoeira pode ser considerada um componente curricular; e, por fim, de que forma a capoeira pode ser um instrumento de educação. Desse modo, o presente estudo é desenvolvido sob uma abordagem qualitativa e caracteriza-se como uma pesquisa de campo.

2 A LEI 10.639/2003 E SEUS DESDOBRAMENTOS

No dia 9 de janeiro de 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 10.639/2003, que modifica a LDB³, acrescentando os artigos 26-A, 79-A (vetado) e 79-B. Essa medida torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas de ensinos fundamental e médio, públicas e privadas, e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Os conteúdos programáticos estabelecidos nesta lei contemplam: o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Mas é preciso saber o que essa lei significa, qual seu verdadeiro propósito: seria esta mais um documento a ficar engavetado, a ficar só no discurso bonito e ideológico, distante da aplicabilidade e de difícil controle do seu cumprimento? Conforme Nascimento (1978, p. 96) já indicava, “Nossa missão tem sido a cobrança do que nossas leis determinam”. Por que é importante ensinar a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” nas escolas? Será esta lei uma doação do governo aos

negros ou será que realmente representa uma conquista da luta pelos direitos à cidadania, por parte do povo brasileiro?

Talvez algo que sinalize de imediato a relevância dessa lei seja a predominância do afro-brasileiro na população do país. Segundo dados do IBGE⁴, em 2001 a população negra⁵correspondia a 45% da população do país, cerca de 76 milhões de afro-brasileiros. O censo do IBGE apontou em 2010 um total de 190,7 milhões de habitantes. A população negra tornou-se a maioria, cerca de 50,7%, isto é, são 96,7 milhões de brasileiros que se declaram negros; a população branca, com 91 milhões de pessoas, representa 47,7% da população do país; outros 2 milhões de brasileiros declaram-se amarelos, representando 1,1%; e 817,9 mil brasileiros são indígenas, o que corresponde a 0,4% da população brasileira.

O Brasil está apenas atrás da Nigéria em população negra. Neste contexto, o interessante é que de alguma forma as pessoas estão se identificando, se declarando e se assumindo com a cor negra. A cor parda, característica comum do mestiço afro-brasileiro, teve maior crescimento populacional, o que refletiu diretamente no crescimento da população negra.

É provável que a crescente valorização da cultura afro e a atual visibilidade do negro na mídia tenham contribuído para que milhões de brasileiros reconhecessem sua cor. Esses números mostram o quanto a cultura afro-brasileira tem o poder de resgatar a construção da identidade das pessoas, pois é capaz de libertar de preconceitos e vergonhas do modo de ser e agir, permitindo assumir com orgulho sua cultura, resgatando a identidade do povo brasileiro.

Esse “povo brasileiro” é formado principalmente por etnias africanas, indígenas e portuguesa e, na contemporaneidade, vive uma pluralidade maior, pois podemos verificar muitas nacionalidades dentro do nosso território. Segundo MUNANGA⁶, o patrimônio genético de todos os brasileiros, a cultura brasileira no plural e a identidade brasileira são os resultados da fusão das etnias a partir da

⁴JORNAL DO BRASIL, 16 de nov. de 2011/**População negra e parda passa a ser maioria no Brasil, mostra IBGE**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/11/16/populacao-negra-e-parda-passa-a-ser-maioria-no-brasil-mostra-ibge/>>. Acesso em: 25 abr 2012.

⁵O censo considera população negra as pessoas que se declaram pretas ou pardas. ⁶kabengele

escravidão no Brasil. Dentre as etnias, as africanas são muito marcantes, pois é grande a quantidade de elementos culturais presenciados no cotidiano da sociedade brasileira e que estão tão presentes desde a colonização do Brasil que acabaram por se naturalizar, ou melhor, constituíram identidade.

É preciso lembrar que há séculos esses elementos culturais resistem à opressão do dominante, que sempre tentou proibir, coibir, apagar, extinguir a cultura do negro na sociedade brasileira. Porém, nem mesmo as várias tentativas de branqueamento⁷ da população e a institucionalização do racismo, denunciada por Abdias do Nascimento em seu “Democracia Racial” no Brasil: mito ou realidade? (1977), puderam vencer os movimentos negros pela preservação das suas raízes, das suas ancestralidades africanas.

Resultante do contato com outras culturas, o que não diminui seu valor, a cultura afro-brasileira tem se afirmado como cultura identitária de significativa expressão na população do país. Segundo Santos (apud ACCURSO, 1995, p. 125), “Além de firmar os alicerces da economia brasileira, o negro deu o contorno àquilo que denominamos „alma brasileira“. [...] isto é a forma de nós brasileiros sermos, pensarmos e reagirmos diante das coisas, é imensamente negra.” A manutenção e a resistência da cultura afro só foram possíveis por meio de ações que sempre ocorreram, ainda em território africano quando os africanos capturados para serem escravizados resistiam àquela condição, não aceitando-a.

Souza (2006) afirma que,

Presentes em todos os momentos em que vigorou a escravidão, os atos de resistência dos escravos, dos mais sutis aos mais escancarados, dos mais suaves aos mais violentos, ajudaram a definir as formas de relação entre senhores e escravos, com estes garantindo para si, sempre que possível, níveis mínimos de dignidade humana. No limite, essa resistência contribuiu para a abolição definitiva da escravidão. (SOUZA, 2006, p. 102).

No Brasil Colônia, os africanos escravizados fugiam para as matas, lutavam para sobreviver aos castigos e aos maus tratos e, apesar desse sofrimento, continuavam preservando seus rituais para amenizar a dor, mesmo que misturado às diversas etnias. Aliás, essa mistura de diferentes etnias africanas na mesma senzala foi uma estratégia do branco para dificultar a comunicação e organização da

resistência.

⁷Para CHIAVENATO (1988), Trata-se da matança planejada de negros “Buchas de Canhão”.

5

A resistência existiu de várias formas como, por exemplo, fingindo moléstias, estragando as ferramentas de trabalho, trabalhando na casa grande, organizando levantes, formando quilombos, que eram verdadeiras sociedades, dançando a capoeira, a qual condicionava o corpo para usá-lo como arma mortal no combate contra o dominante. Faziam daquela roda seus terreiros, assim como nos candomblés, reviviam na gira⁸ o que é central para o afro, a espiritualidade. Conforme Souza (2006), na visão africana o mundo era decifrado e controlado pela religião e ela tinha um papel equivalente ao que a ciência e a tecnologia têm para a sociedade contemporânea.

Outras manifestações culturais, intelectuais e religiosas, podem se somar à resistência, como o samba, o jongo, o congo, a umbanda, o frevo, o maracatu, o carnaval, o tambor de crioula, as artes plásticas, o teatro experimental do negro, a imprensa negra, a literatura, a frente negra, as associações de negros, o movimento negro unificado, o grupo Palmares, o bloco afro Ilê Aiyê, dentre outros tantos. Cada uma a seu tempo representou ou representa, bravamente, a resistência do povo negro, que busca a igualdade através da conquista dos direitos civis e a extinção total do racismo ainda existente, de modo velado, na sociedade.

Historicamente, o Brasil sempre teve uma postura de discriminação racial em relação à população afro-brasileira, pois através de decretos legais e estratégias manipuladoras negou por séculos o acesso do negro à educação. Em 1854, o decreto 1.331 impedia a admissão de negros escravizados em escolas públicas; estes tampouco conseguiriam estudar em escolas particulares, pois essas sempre foram destinadas às elites. Em 1878, o decreto 7.031-A estabelecia que os negros só poderiam estudar à noite, o que se tornava mais um grande obstáculo para quem trabalhava pesado o dia todo.

Mesmo com a abolição da escravatura, em 1888, quando o negro pensou ter alcançado enfim sua plena liberdade, deparou-se com uma cruel realidade, o preconceito racial e a discriminação, que, segundo Silveira (1988), foram por muitos anos os grilhões do cativo, de formas sutis ou explícitas, não lhe permitindo

exercer a efetiva cidadania. Depois de contribuir com sua força, insubstituível, de

⁸Principal ritual da Umbanda, tendo esse nome por imitar o “giro cósmico” do universo. Disponível em: < <http://espadadeogum.blogspot.com.br/2009/09/gira-de-umbanda-o-que-significa.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.

6

trabalho, para o fortalecimento do capitalismo na metrópole, o ex-escravo passou a formar um excedente industrial de reserva, e do pouco trabalho que lhe sobrava, sempre os serviços mais brutos e quase desumanos, recebia uma mísera remuneração. Dessa forma, a transição de negro escravizado para homem livre assalariado não se concretizou, pois a relação de dominação se perpetuava.

Assim como no sistema escravagista a exploração do senhor de escravos se legitimava pela ideia dominante de que o negro era um dócil animal de carga, no sistema capitalista a exploração da classe dominante sobre a classe dominada dá-se amparada num aparato legal (leis) que legitimam, tranquilamente, a extorsão brutal da qual o trabalhador é vítima. (SILVEIRA, 1988, p. 17).

O negro livre continuava vivendo sob o jugo e o controle da classe dominante, que detinha os meios de produção e era quem lhe ditava as regras do sistema. Esse controle, sobre a classe dominada, a qual só servia como força de trabalho e como massa consumidora, era instituído por leis explícitas que protegiam a ideologia dominante.

Assim, na medida que a raça branca se apresenta como superior, tendo direito, em decorrência, de dispor dos outros; aos negros resta a auto-avaliação de inferioridade, estereotipada em supostos atributos morais e intelectuais defasados em comparação com o branco. Em consequência, a sua auto-avaliação é negativa, submissa, pois a sua auto-imagem é proveniente da imagem forjada que o branco fez dele. (SILVEIRA, 1988, p. 17).

O estigma da cor foi usado para marcar o negro com conceitos inferiorizados à sua pessoa, objetivou desumanizá-lo, provocando a perda do orgulho de ser negro. Os valores da ideologia dominante distanciaram o negro da sua visão de mundo. O modelo a ser seguido gerou o desejo de branquear, de ascender socialmente, de „ter” em detrimento de „ser”, mesmo que para isso fosse necessário reproduzir o preconceito entre indivíduos da mesma cor e da mesma classe trabalhadora.

É assim também que, de posse de critérios seletivos elaborados pela classe dominante, a grande maioria da população não apreende a estratificação de uma sociedade dividida em classes como estrutura originária e propagadora das discriminações raciais, sexuais e religiosas. (SILVEIRA, 1988, p. 17).

O preconceito e a perseguição ao negro tornaram-se maiores à medida que tudo

que vinha do negro era considerado ruim, inferior. Assim, não só o negro era perseguido, mas todo o universo que o representava, principalmente as manifestações religiosas, mas também as festivas, como a capoeira e o samba.

7

Em 11 de outubro de 1890 foi instituído o decreto nº 847, no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, no capítulo XIII, artigo 402, 403 e 404, intitulado “Dos vadios e capoeiras” (REGO, 1968, p.292), proibindo e marginalizando de forma generalizada a prática dessa manifestação cultural. Conforme Nestor Capoeira (1999), a capoeira, assim como o resto da cultura negra, passou a ser reprimida, caçada e deliberadamente violentada.

Com a falta de oportunidades e a ideologia dominante imperando, o negro foi literalmente posto à margem da sociedade, que se dizia sem preconceitos e formada por homens e mulheres livres. O racismo, disseminado através das relações socioeconômicas de trabalho e consumo, de forma institucionalizada ou não, passou a existir também de forma velada, escondendo o verdadeiro opressor, comum a todos pertencentes à classe oprimida. O mito da democracia racial fica despercebido pela cegueira alienante de quem vive num sistema, alimentado pelo preconceito entre os pares.

Podemos concluir que o mito da democracia racial serve somente aos interesses da população branca, mais exatamente da classe dominante, que, sob o signo da democracia racial, desloca a possibilidade de identificação dos problemas inerentes ao modo de produção capitalista, estruturado sobre a exploração do homem pelo homem, para sustentar a tese da igualdade de condições, contraposta a desigualdade de competência. (SILVEIRA, 1988, p. 17).

A identidade negra de luta e resistência foi fragilizada pela falsa ideia de que a abolição foi uma dádiva dada pela princesa, que se compadeceu com o sofrimento dos negros. Sendo que, na verdade, vários fatores culminaram na abolição da escravidão. Dentre eles, embora negado na história contada pelo dominante, está a luta do negro pela sua própria liberdade, ou seja, o povo negro foi ator protagonista da sua história, e não mero espectador.

O racismo, seja ele velado ou explícito, ainda existe na nossa sociedade e precisa ser fortemente combatido através de políticas de ações afirmativas para os negros afro-brasileiros, garantindo-lhes direitos à cidadania e à dignidade da pessoa humana, além do direito de reconhecerem na sua cultura, na sua visão de mundo, o

valor positivo e o pertencimento na construção da sociedade brasileira. A respeito da importância da cultura para um povo, Accurso⁹(apud ACCURSO, 1995, p. 8) afirma o seguinte: “Uma das condições de sobrevivência de um povo é a preservação de

⁹Sr. Claudio Francisco Accurso, pai e orientador do Profº Anselmo da Silva Accurso.

sua cultura, pois é graças a ela que mantém viva sua unidade e sua personalidade histórico-social”.

Jamais pode ser negado que as conquistas do povo negro, afro-descendente no Brasil, são frutos da luta, da mobilização, enfim, da resistência à opressão. Todas as ações de resistência citadas anteriormente formaram o generalizado movimento negro, que tem a Lei 10.639/2003 como uma grande vitória na sua trajetória de cobrança por igualdade e cidadania. Essa lei renova a esperança de resgate da essência do povo negro e do sonho por um Brasil verdadeiramente livre.

Desde 1950, o I Congresso Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, apontava a falta dessa temática no currículo escolar. No Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 109 tramitou por quatro anos antes de ser sancionado como a Lei 10.639/2003. Para MUNANGA¹⁰, a história e a cultura eurocêntrica sempre tiveram valor absoluto nos livros didáticos, em detrimento das histórias e culturas do negro e do índio, pois quando estas aparecem exprimem imagens estereotipadas, carregadas de preconceitos, que afirmam negativamente a contribuição do negro na sociedade, só reforçando, assim, a discriminação racial nas relações interpessoais vividas na escola.

Da mesma forma aconteceu com a formação da maioria dos professores. Mesmo os estudantes dos cursos de História pouco viram sobre a História da África e dos Africanos. Como poderiam, então, ensinar uma história que não lhes foi contada? Conforme a declaração de uma professora, no estudo de Hilca Gabrieli Cardoso (2006, p. 97):

Quando fiz o curso de História na universidade, não tive nenhuma aula sobre a África. Me inscrevi em um curso que [...] nunca aconteceu. Quando cheguei na escola para trabalhar com a cultura afro, estava sem noção do que ensinar aos alunos.

Essa declaração expressa uma realidade, a de que aprender sobre as origens verdadeiras do povo brasileiro, o valor contributivo de cada etnia, nunca foi

importante para os sistemas de ensino. Dessa forma, negou direitos e promoveu a invisibilidade dos afro-brasileiros. É com políticas de ações afirmativas para o negro que a lei visa reverter essa realidade opressora.

¹⁰ MUNANGA, op. cit.

Com essa grande conquista para o povo brasileiro, acredita-se que a implementação desta lei trará repercussões positivas para o combate ao racismo e para a garantia dos direitos humanos, em especial aos afro-descendentes. Mas também é importante a todos, de qualquer cor, entender que a luta do negro é uma luta de liberdade e de cidadania, indispensável para a compreensão de nossa sociedade na busca da igualdade racial.

Com a necessidade de facilitar o entendimento e divulgar a lei, apontando aspectos norteadores para sua implementação nas escolas de todo o país, o MEC¹¹, através da SEPPIR¹², produziu documentos a partir da lei. Esses documentos são as “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, bem como, o Plano Nacional de Implementação dessas Diretrizes. As Diretrizes estão expressas no Parecer CNE/CP¹³ 003/2004 e na Resolução CNE/CP 01/2004. O Parecer visa a responder, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, através de políticas de ações afirmativas que objetivam reparar, reconhecer e valorizar sua história, cultura e identidade. Essas ações traduzem-se em “[...] política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais e antropológicas oriundas da realidade brasileira.” (BRASIL, 2005, p.10) e buscam enfrentar o racismo e as discriminações que atingem os afro-brasileiros.

As ações afirmativas atendem a compromissos assumidos pelo Brasil em Convenção Internacional da UNESCO¹⁴, de 1960, referente ao combate ao racismo no ensino, assim como na Conferência Mundial de Combate ao Racismo, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Desde que a Lei 10.639/2003 entrou em vigor, muitas ações tem ocorrido para que seus objetivos sejam alcançados. Por exemplo, ações afirmativas como o PROUNI¹⁵ que, desde 2004, atendeu mais de 800 mil alunos. Isso aumentou o acesso e a permanência de alunos de baixa renda no ensino superior e, inclusive o de alunos negros, que eram, em 2009, cerca de 10%

da população universitária. A explicação para esse baixo percentual de negros na universidade está na base escolar, pois as práticas excludentes e discriminatórias

¹¹ Ministério da Educação.

¹² Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

¹³ Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno.

¹⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁵ Programa Universidade para Todos.

causam sofrimento aos oprimidos, conduzindo as crianças, os adolescentes e os jovens negros à evasão escolar.

Exemplares das Diretrizes foram distribuídos em larga escala a todos os sistemas de ensino no Brasil e seu texto foi também disponibilizado em domínio público. A formação continuada de professores, pelos Núcleos de Estudos Afro Brasileiros, promoveu em 2007 e em 2008 cursos de especialização e extensão, totalizando 2.715 formações. O MEC investiu em pesquisas, seminários e na publicação de 90 títulos sobre a temática da Lei.

A Universidade de Brasília (UnB) promoveu, a distância, o curso Educação Africanidades-Brasil, atingindo 10 mil professores da rede pública, outras 3 mil vagas de cursos sobre diversidades pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). A produção de 29 títulos da coleção “Educação para Todos” teve tiragem de 223,9 mil exemplares, sendo seis títulos específicos acerca da Lei. Foram distribuídos 54 mil exemplares do título “Orientações e Ações: para a implementação da educação das relações étnicorraciais” e 10 mil exemplares do título “Superando o Racismo na Escola”. Uma coleção sobre História da África, contendo oito volumes, foi traduzida e atualizada pela UNESCO. Outros dois materiais didáticos foram produzidos e distribuídos primeiramente nas escolas quilombolas, o livro “Estórias Quilombolas” e o jogo “Yoté”.

Entre os materiais produzidos e as formações oportunizadas, a ação que teve maior alcance foi o Projeto “A Cor da Cultura”, que iniciou em 2005 através da parceria do MEC com a Fundação Roberto Marinho, resultando na produção e na veiculação de programas televisivos sobre o histórico de contribuições do povo negro à sociedade brasileira. Os programas possibilitaram uma imersão nas temáticas previstas na Lei e ainda são transmitidos nos canais Futura e TVE. Em

2009, mais de 20 mil kits contendo vídeos dos programas e livros haviam sido distribuídos às Secretarias Estaduais e Municipais no Brasil.

Publicado no ano de 2009, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes é resultado das solicitações registradas em seis encontros regionais, denominados “Diálogos Regionais” sobre a implementação da Lei 10.639/2003. A participação,

11

nesses encontros, de entidades como a UNESCO, a SEPPIR, a UNDIME¹⁶, o CONSED¹⁷, os movimentos sociais e movimento negro e intelectuais militantes da causa antirracista possibilitou construir estratégias para a implementação das Diretrizes.

O Plano tem como objetivo principal colaborar para que todo o sistema e as instituições de ensino possam enfrentar o preconceito, o racismo e a discriminação, garantindo, assim, o direito de aprender e a equidade educacional, que promovem uma sociedade mais justa. Seus objetivos específicos visam cumprir e institucionalizar a implementação das Diretrizes, desenvolver ações estratégicas nas políticas de formação de professores, colaborar e construir políticas públicas e processos pedagógicos, promover a pesquisa e a produção de materiais didáticos, colaborar na criação de indicadores que monitorem a efetiva implementação das Diretrizes, criar e consolidar agendas propositivas para disseminar a Lei. Este Plano prevê atribuições específicas nos diferentes setores da educação, nos diversos níveis e modalidades de ensino, em âmbito federal, estadual e municipal; contempla as áreas remanescentes de quilombos; traça as metas norteadoras e seus períodos de execução, projetados a curto, médio ou longo prazo.

Enfim, os objetivos propostos nestes documentos são, sem dúvida, ações afirmativas que poderão revolucionar a educação no Brasil. Sabe-se que as mudanças são difíceis, porém as ações afirmativas facilitam a concretização do que é idealizado pelo movimento negro e outras representações da sociedade civil.

Segundo Souza (2006, p. 144), “Relações sociais construídas ao longo de mais de trezentos anos não são alteradas de uma hora para outra. Preconceitos profundamente arraigados não são derrubados só com doses de boa vontade.” Para isso veio a Lei, que é sim uma conquista do movimento negro para a sociedade brasileira. E o é porque seus ativistas saíram do estado de inércia e buscaram seus

direitos, reivindicaram e debateram incessantemente. É uma luta que ainda não acabou, tem muito por concretizar, pois a mudança deve ocorrer na consciência de cada um.

Para aqueles que optarem pela mudança, alerta Accurso (1995),

¹⁶ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

¹⁷ Conselho Nacional de Secretários de Educação.

[...] certamente terão um desafio maior, pois sua ação irá contra o sistema dominante. É preciso desvendar e entender a realidade para perceber a necessidade de mudá-la. Isto será fortemente favorecido por uma prática junto ao povo, a partir de sua experiência cotidiana. Tanto os educadores como o povo, juntos, irão desenvolver a consciência de mudança, num aprender mútuo na troca de seus saberes (o universal e o popular), formando, assim, a cultura popular. (ACCURSO, 1995, p. 137).

Passados nove anos da aprovação da Lei, ainda são poucas as escolas que desenvolvem essa temática, pois depende muito da iniciativa do professor, que por vezes escolhe ficar na zona de conforto e deixa de problematizar os preconceitos que estão efervescentes no cotidiano escolar. Conforme Accurso (1995, p. 134), “A elite controla seus professores para que estes não percebam a realidade. Vive-se numa sociedade onde a verdade não é dita e, sempre que o povo quer se manifestar, o governo – em seu nome – o oprime, impondo um permanente silêncio.”

Na era da informação, é inaceitável o desconhecimento da Lei, que embora obrigatória nas escolas, ainda sofre muita resistência por parte da sociedade, sobretudo em valorizar a cultura afro-brasileira. Isso ocorre devido à supervalorização de uma cultura em detrimento de outras, ou seja, é uma questão de invisibilidade da cultura negra e de negação da contribuição do negro na construção do Brasil. Conforme relato¹⁸:

“Na São Leopoldo Fest, ano passado aconteceu um desfile temático, que representava as etnias que formaram a sociedade leopoldense, representadas por alemães, negros e índios. Ouvi um grupo de pessoas questionando o porquê da presença dessas etnias (negros e índios), se a imigração no passado foi de alemães, que supostamente construíram tudo por aqui.”

Conforme MUNANGA¹⁹ “não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas”. Portanto, a lei pela lei não basta, não se cumpre sem o movimento da sociedade civil, a qual tem o dever de cobrar do poder público o direito de voz, de participação nas construções políticas e na efetiva aplicação das Diretrizes.

Além disso, é necessário que os educadores sejam qualificados e comprometidos, pois são agentes diretos da aplicação dessa Lei. Eles devem ser instrumentalizados com materiais didáticos adequados e não mais formulados pela ótica eurocêntrica, além de apropriar-se de novas pedagogias que se aproximem da visão de mundo dos afro-brasileiros, explorando a oralidade através de contos

¹⁸ Informação verbal obtida em palestra sobre a Lei 10.639/2003, na UNISINOS, em maio 2012.

¹⁹ MUNANGA, op. cit.

griots²⁰, a musicalidade, a livre expressão corporal e a liberdade criativa, ao contrário do engessamento ainda existente. A participação da comunidade na construção de saberes é riquíssima, pois contribuindo com saberes populares tornam-se mais significativos os saberes do ensino formal. As comunidades têm muito a ensinar, pois é nelas que residem as culturas populares, em seus terreiros, em seus folguedos e batuques.

À medida que se tomar consciência de que a sociedade é constituída de diversidades, e de que essas diferenças não precisam ser hierarquizadas, que evidenciam o valor de cada etnia, será possível viver em harmonia. Conforme Accurso (1995), o sentimento de orgulho e pertencimento à uma cultura permite emergir o sujeito social existente em cada indivíduo. Assim, a mudança é fundamental, pois como “Já foi dito, com razão, [...] as lutas de libertação libertam também os opressores.” (BRASIL, 2009, p. 9).

A ruptura com os antigos paradigmas da educação se faz necessária. O conceito de educação bancária, onde o educador adquire conhecimentos e repassa informações aos alunos para que estes, como meros ouvintes, memorizem, só educa para a passividade e para a reprodução da ideologia dominante.

É necessário rever o passado. Escrever a história dos pobres, dos sofridos, dos dominados. Uma das formas é resgatar as raízes culturais. O ensino tem que estar comprometido com isso, tomando, se for o caso, formas institucionais não ortodoxas. É preciso instrumentos sintonizados com uma cultura e uma história, que ajudem as massas a se tornarem sujeitos, em lugar de simples espectadores. (ACCURSO, 1995, p. 119).

Dessa forma, é possível que o espírito crítico e criativo dos sujeitos se desenvolva e que a educação, na sua plenitude, permita o desenvolvimento integral dos seres humanos, com igualdade e justiça social.

2.1 Capoeira, uma cultura de resistência Afro-Brasileira

É impossível abordar qualquer tema que fale sobre políticas afirmativas para o povo negro sem posicionar o próprio negro como sujeito ativo dessas conquistas - apesar de, por séculos, a atitude do dominante ter sido a de negar o protagonismo desse povo na busca por liberdade, dignidade, igualdade e melhores condições de vida.

²⁰ Sabedorias, memórias, contos, tradições, histórias dos vários povos africanos, que são transmitidos pela oralidade, na narrativa de pessoas que carregam consigo um enorme patrimônio da cultura afro.

14

O protagonismo inicia-se a partir da tomada de consciência do indivíduo negro quanto à sua exploração, gerando no seu interior um sentimento de mudança e valorização de suas raízes, na busca de seu orgulho. Esse movimento materializa-se com as ações individuais e coletivas de resistência contra a dominação, o racismo, a discriminação e a desigualdade, sofridas pelo povo negro e outros.

Uma das ações de resistência é a capoeira. Ela foi criada no Brasil, conforme Rego (1968, p. 31), “No caso da capoeira, tudo leva a crer que seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros [...]”. Portanto, pode-se dizer que a capoeira é uma reação à ação opressora do colonizador. Segundo Accurso (1995, p. 48), “É preciso saber as regras do jogo, usando muita malandragem para surpreendê-lo. Esta tática de jogo se vincula às resistências dos negros de Palmares.”

A capoeira tem origem nos momentos de folga do negro escravizado, e onde diversos rituais aconteciam baseados em valores afros milenares, os quais fundamentam suas raízes. Assim a capoeira carrega consigo elementos festivos, como a dança, a música, a circularidade, que a relacionam estreitamente com a religiosidade. Por isso, ela resiste ao tempo, com sua malícia, sua mandinga, originada nos folgedos afro-brasileiros.

2.2 Um instrumento de educação

A vida é repleta de situações adversas que precisam ser superadas, desde um simples obstáculo físico a sua frente até uma dificuldade financeira ou um

problema de saúde que precisa ser sanado. Assim é a capoeira: imita a vida e se posiciona como cultura de resistência, ensinando a gingar, a tomar uma rasteira e, com humildade, aprender a levantar.

A capoeira é carregada de valores civilizatórios da cultura afro-brasileira, como a oralidade, a musicalidade, a memória, o axé, a corporeidade, a ludicidade, a ancestralidade, a circularidade, o cooperativismo e a religiosidade – o que reflete a visão de mundo dos afro-descendentes.

15

Segundo Accurso²¹:

“A capoeira que serve como instrumento de educação é a capoeira autêntica, de tradição, não aquela que serve a um modismo de consumo. A capoeira educa pela prática, pelo seu movimento, pela sua música, os ritmos fazem com que seus praticantes redescubram seus potenciais onde esta vivência corporal resgata uma ancestralidade de movimentos e gestos forjados nas raízes afros, fortalecendo uma identidade nacional. A capoeira educa pela história, pois reescreve pela ótica do dominado a história ocultada pela ideologia dominante. Isto revela ações afirmativas de um sujeito adormecido que vem ao encontro a partir do seu passado, situando o presente para que possa pensar um futuro melhor. Só a capoeira autêntica pode ser este instrumento de educação, pois está comprometida com as raízes as quais deram sua origem”.

A capoeira desenvolvida em academias tem atendido ao mercado das artes marciais, distanciando-se de suas origens, apenas comprometida com regras de consumo. Esta capoeira não deve ser utilizada como instrumento de educação, pois sua prática provoca falsas identidades, conforme explica Sodré (apud ACCURSO, 1995, p. 142): “Na medida em que as criações artísticas se transformam em mercadorias e que, portanto, a consumidores para elas, são estes os juízes de seu valor. Com o desenvolvimento desse mercado, surge a possibilidade de forjar falsos valores [...]”.

A capoeira, tal qual apresenta o professor Accurso, é um instrumento de educação, porque toda sua construção vem da luta do povo negro e este contribui para a formação de todo brasileiro, seja na história e na ginga, seja na alegria de se sentir gente.

2.3 Procedimentos Metodológicos

O estudo teve uma abordagem qualitativa e caracterizou-se como uma pesquisa de campo. Para Tozoni-Reis (2009, p. 39), “A pesquisa de campo em

Educação [...] caracteriza-se pela ida do pesquisador ao campo, aos espaços educativos para a coleta de dados, com o objetivo de compreender os fenômenos que nele ocorrem.” Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental²² também foi necessária.

Os procedimentos utilizados foram a combinação de dois métodos, o histórico e o comparativo. Para Prodanov e Freitas (2009):

²¹ Informação verbal concedida pelo Prof^o Accurso, durante orientação, em maio 2012, na UNISINOS.

²² Segundo Tozoni-Reis (2009), a pesquisa documental é aquela através de documentos oficiais ou institucionais como leis, diretrizes e fontes não escritas como vídeos.

No método histórico, o foco está na investigação de acontecimentos ou instituições do passado, para verificar sua influência na sociedade de hoje; considera que é fundamental estudar suas raízes visando à compreensão de sua natureza e função. (PRODANOV; FREITAS, 2009, p.46)

Já o método comparativo, segundo os autores, tem o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências, ocupando-se das explicações de fenômenos concretos ou abstratos, separados pelo espaço e tempo.

Os procedimentos adotados partiram da pesquisa bibliográfica de três monografias sobre a temática capoeira-educação, as quais foram analisadas, especialmente seus objetivos e resultados. A análise procurou identificar, nas pesquisas, respostas que contemplassem os questionamentos deste trabalho. Outro procedimento foi retornar aos campos pesquisados por Hilca Gabrieli Cardoso (2006) e por Artur Francisco Toccheton Borsari (2010), para verificar possíveis avanços sobre a temática étnico-racial, estabelecendo comparações. Este estudo não retornou ao campo pesquisado por Mateus Ceni de Oliveira (2003), sendo verificados os possíveis avanços na sua relação profissional. A técnica usada para a coleta de dados foi a entrevista semiestruturada, realizada com diretores de escolas, professores e representantes das Secretarias Municipais de Educação (SMED) de Três Coroas, Novo Hamburgo e São Leopoldo em maio de 2012.

2.4 Fragmentos da Pesquisa

Este estudo relaciona-se com outras pesquisas realizadas por acadêmicos do Curso de Educação Física da UNISINOS, tendo como elo comum a temática

capoeira-educação. Numa ordem cronológica, as pesquisas realizadas em 2003, 2006 e 2010 apoiaram este estudo em 2012.

É importante ressaltar que os autores dessas pesquisas, inclusive o deste estudo, foram alunos da disciplina de capoeira, na UNISINOS, ministrada pelo professor Anselmo da Silva Accurso, conhecido como mestre Ratinho. De alguma forma, o contato com essa capoeira estimulou o pensamento crítico, principalmente para as questões político-sociais, pois a prática da capoeira pode conduzir a uma reflexão. Segundo Freire (1988),

O homem pode refletir sobre si mesmo e colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação. (FREIRE apud ACCURSO, 1995, p. 127).

17

Assim, a partir de reflexões, todos continuaram buscando por respostas para compreender, por exemplo, por que há tanta desigualdade, ou por que se vive um conceito de sociedade baseado na exploração do trabalho social, na hierarquização das culturas, que conseqüentemente geram a perda da identidade. Essas inquietações e a significativa influência da prática da capoeira indicaram a temática, capoeira-educação, como objeto desses estudos.

Oliveira (2003) realizou a pesquisa “Evolução Histórica da Capoeira no Brasil”, em Porto Alegre. A pesquisa realizada por Cardoso (2006), “A capoeira dentro do ensino formal contribuindo para o exercício de igualdade cidadã”, no município de São Leopoldo. Borsari (2010) realizou a pesquisa “Capoeira na escola: resgatando a identidade”, na cidade de Três Coroas.

Oliveira (2003) abordou em sua pesquisa a trajetória histórica da capoeira, assim como a sua descaracterização ocorrida por aspectos deturpadores da sua essência geradora. O autor desenvolveu uma análise comparativa a partir do que chamou de „teoria das linhas paralelas“, onde situava a posição social do negro oprimido numa mesma ordem cronológica e respectivamente antagônica ao do branco dominante. Oliveira encontrou a partir das análises um cerne, ou seja, elementos comuns em todas as épocas em que a capoeira resistiu. Esses elementos são a luta e o jogo, esse segundo também na forma brincada e lúdica.

Sua pesquisa estendeu-se para uma análise da lógica interna - essência

geradora -, e da lógica externa - movimento. Para isso, observou a prática da capoeira no ensino superior, em duas instituições privadas no Estado do RS. Constatou que a lógica externa - movimento -, era a mesma nas duas instituições de ensino, porém a lógica interna - essência geradora -, era muito distante uma da outra. Oliveira (2003) atribuiu ao discurso de mercado, encontrado em uma das partes pesquisadas, o motivo pelo qual a essência geradora não se manteve, uma vez que esse discurso não se relaciona à cultura negra.

Oliveira (2003) expressou a satisfação e o orgulho por ter optado por uma capoeira que preserve a lógica interna, ou seja, que mantém a essência geradora. A contribuição da capoeira está refletida na vida do autor, pois com quase vinte anos dedicados ao aprofundamento dessa cultura, hoje ela é a realidade do seu trabalho. Participante de inúmeras formações, atualmente Oliveira é o responsável pelo grupo

18

de estudos sobre África, Diáspora Negra e Folgedos Afro-Brasileiros no Atelier Livre Municipal de Novo Hamburgo.

A pesquisa de Cardoso (2006) analisou práticas de capoeira em um projeto social que contemplava três escolas municipais de São Leopoldo. Através dos questionários aplicados, a autora constatou que a capoeira é uma cultura de tradições e raízes africanas, com qualidades que a tornam um instrumento da Lei 10.639/2003. Encontrou nas respostas dos questionários significado que a capoeira tem na vida dos alunos que participavam do projeto, pois conforme depoimento do aluno A:

Capoeira não deixa de ser uma luta, mas não é só isso que ela desenvolve. Ela desenvolve a união, a humildade e por trás disso tudo uma cultura e uma história linda que se todos conhecessem se fascinarão pela arte de ser um "capoeira". [...] A capoeira é paz, é amor, é ser irmão, capoeira não é nada mais do que a luta por minha, pela sua, por nossa liberdade e também é a nossa esperança de um mundo melhor. (CARDOSO, 2006, p. 87).

O trabalho de Cardoso (2006), por sua vez, identificou que o capoeirista depende da ajuda dos seus colegas para se desenvolver, e esse espírito de grupo fortalece a socialização e, assim, o orgulho de pertencimento à sua cultura. A capoeira possibilita a união, a amizade e uma convivência de respeito, que permite entender as diferenças e saber que na roda todos são iguais, sem discriminação. Esse ambiente torna-se propício para o exercício da cidadania.

Nas escolas pesquisadas, Cardoso (2006) percebeu a necessidade de recursos e de qualificação dos professores para desenvolver aulas sobre a cultura afro. Apenas em uma das escolas havia uma professora com formação sobre a tema. Ao visitar a instituição este ano, verificou-se que a situação não teve avanços significativos.

Conforme o diretor²³:

“As formações de professores sobre a temática étnico-racial, sempre são ofertadas, mas ter alguém interessado em participar é difícil. Não podemos obrigá-los, e de certa maneira até entendo, pois algumas formações ocorrem fora do horário de trabalho, as pessoas têm famílias e outros compromissos.”

O diretor relatou que já ocorreram projetos de capoeira em anos anteriores e de vídeos sobre a África durante a Copa do Mundo de Futebol (2010), mas que atualmente nenhum dos projetos contempla a cultura afro-brasileira. Disse que

²³ Informação verbal concedida pelo diretor da mesma escola pesquisada por Cardoso (2006), em entrevista realizada pelo autor deste artigo em 24 de maio de 2012.

atividades relacionadas ocorrem principalmente no dia 20 de novembro, pois o Dia da Consciência Negra faz parte do calendário escolar. Segundo ele, a escola está construindo o PPP²⁴, onde será incluída a observação da Lei 10.639/2003, para que assim os planos de estudo contemplem a temática afro-brasileira.

Já Borsari (2010) detectou, em sua pesquisa, que a escola em questão não desenvolvia qualquer ensinamento sobre a temática afro-brasileira. Verificou que, apesar de ter sido ofertado formações para professores sobre a temática, não houve interesse na época, por isso também não haviam recebido os materiais didático pedagógicos do kit “A Cor da Cultura”. A pesquisa participativa realizada por Borsari incluiu uma proposta de inserção da capoeira na escola. A prática da capoeira mostrou-se inovadora para aquele público e teve resultado significativo, pois os alunos mostraram entusiasmo com as práticas e refletiram sobre aspectos históricos. Uma das reflexões realizadas pela turma referia-se a ausência de negros na escola, sendo que na cidade existiu um quilombo onde hoje é um bairro de mesmo nome, lugar que, no século XIX, abrigava negros fugidos da cidade de Vacaria. Conforme aluno “A”²⁵:

Eu aprendi muitas coisas interessantes sobre a capoeira, como os golpes, o lugar onde surgiu e a importância do escravo para a formação do Brasil. Estudamos também sobre racismo e a discriminação, e percebi com isso

que a escola [...] tem poucos alunos negros. (BORSARI, 2010, p. 54).

Ao final do projeto, Borsari (2010) concluiu que, para ensinar a temática da Lei 10.639/2003, os professores precisam de um rico suporte, como o material “A Cor da Cultura”, e que o ensino da cultura afro-brasileira e africana, via capoeira, deve fazer parte da realidade escolar.

A capoeira trouxe para os alunos uma vivência corporal composta de criatividade, de percepção de espaço, de destreza, de autoconhecimento, bem como, de auto-estima, fato importante a ser trabalhado com eles que muitas vezes percebe-se essa carência. (BORSARI, 2010, p. 57).

Em maio de 2012, o presente estudo identificou avanços na escola pesquisada por Borsari (2010). O comprometimento da escola, após a inserção da capoeira, refletiu-se pela aquisição de materiais referentes a temática afro, como livros, jogos, vídeos, inclusive do kit “A Cor da Cultura”, trabalhados em sala desde o segundo semestre de 2011. As formações de professores, embora não tenham

²⁴ Projeto Político Pedagógico.

²⁵ Aluno “A” após a conclusão do projeto “Capoeira na escola: resgatando a identidade.” (BORSARI, 2010, p. 54).

ocorrido, estão previstas ainda para este ano. O novo PPP, que está em fase de elaboração, contemplará a temática étnico-racial, pois é uma orientação da SMED do município de Três Coroas. Depois das intervenções de capoeira realizadas por Borsari, a escola não teve mais a realização dessa prática, porém parece ter deixado uma marca positiva, pois há interesse no retorno desta prática de cultura afro-brasileira no ambiente escolar.

Conforme salienta a SMED de Novo Hamburgo, que tem firmado parcerias com a UFRGS²⁶, juntamente com outras secretarias de municípios da região metropolitana, essa parceria resultou na aprovação do projeto de formação continuada, para professores, por meio do curso “Procedimentos didático pedagógico aplicável em História e Cultura Afro-Brasileira” com 200 horas aula. Esse projeto foi apresentado no Colóquio em Brasília no ano de 2010. A SMED oferece formação continuada sobre esta temática no Atelier Livre Municipal.

Os projetos que estão acontecendo nas escolas são iniciativas dos professores, pois esta temática tem sido sistematicamente incluída nos PPP e nos planos de estudos. Um exemplo é a visitação das turmas em terreiros existentes na

comunidade escolar. Para a representante da SMED de Novo Hamburgo, a importância de estudar a Cultura Afro-Brasileira nas escolas se dá pelo resgate da história de um povo que resistiu, que lutou por liberdade, e isso contribui para a autoestima do aluno.

Conforme informações da SMED de São Leopoldo, as escolas municipais só começaram a desenvolver a temática afro-brasileira após a aprovação da Lei. Até 2004, só era ensinado sobre a história e a cultura alemã. Foi a partir de 2005 que se iniciaram as discussões e sensibilizações das diretorias e professores. No ano seguinte, 56 professores de 33 escolas participaram da formação do Projeto “A Corda da Cultura”, momento em que receberam 31 kits. Ainda em 2006, o Professor Accurso realizou formação de 20 professores, na oficina “Capoeira Angola: Recontando e preservando a história e a cultura afro-brasileira no espaço escolar”. A cada ano, a SMED, com a ajuda de parcerias, tem promovido projetos, debates, palestras, seminários sobre a temática étnico-racial e sobre diversidade. A minuta nº

²⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

009 do Conselho Municipal de Educação (CME) de São Leopoldo, criada em 2010 visa cumprir as orientações das Diretrizes para o ensino da temática étnico-racial.

As escolas municipais das cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo e Três Coroas têm recebido do MEC um rico acervo de literatura afro-brasileira e africana, ultrapassando 70 títulos nos últimos dois anos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo direito de ser gente, em busca de cidadania, o movimento negro construiu pilares de bases na cultura, na história e nos direitos sociais, avançando na educação a sua afirmação como sujeito de história nesta nação. Pela Lei 10.639/2003 dá-se sua inserção na nova interpretação da história pela ótica dos dominados, que ascendem socialmente, redescobrimo o seu orgulho adormecido por um abalo psicológico de quinhentos anos.

A capoeira pode oferecer grande contribuição neste processo. Se for pela disciplina da Educação Física, responderá em seu gesto ancestral a afirmação de

uma identidade corporal. Se for pelos projetos sociais, terá em sua totalidade a oportunidade de gerar multiplicadores. Mas, se for a capoeira como componente curricular, poderá também relacioná-la a tantas outras manifestações de liberdade que compõem a história da humanidade.

Tudo isso está reforçado na sua importância como patrimônio tombado pelo IPHAN²⁷ no ano de 2008, significando mais uma ação indispensável à preservação da história de nosso povo.

REFERÊNCIAS

ACCURSO, Anselmo da Silva. **Capoeira: um instrumento de educação popular**. Porto Alegre, 1995.

BORSARI, Artur Francisco Toccheton. **Capoeira na escola: resgatando a identidade**. 2010. 66 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Curso de Educação Física, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, out. 2005.

²⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, set. 2009.

CAPOEIRA, Nestor. **Capoeira: pequeno manual do jogador**. 8º ed., ver. e atual. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CARDOSO, Hilca Gabrieli. **A capoeira dentro do ensino formal contribuindo para o exercício de igualdade cidadã**. 2006. 101 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Curso de Educação Física, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2006.

CHIAVENATO, Júlio. **As lutas do povo brasileiro: Do “descobrimento” a Canudos**. Editora Moderna: São Paulo, 1988.

ESPADA DE OGUM, 25 de maio de 2012/ **Gira de Umbanda**. Disponível em: <<http://espadadeogum.blogspot.com.br/2009/09/gira-de-umbanda-o-que-significa.html>>. Acesso em: 25 maio 2012.

JORNAL DO BRASIL, 16 de nov. de 2011/**População negra e parda passa a ser maioria no Brasil, mostra IBGE**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2011/11/16/populacao-negra-e-parda-passa-a-ser-maioria-no-brasil-mostra-ibge/>>. Acesso em: 25 abr 2012.

NASCIMENTO, Abdias do. **Sitiado em Lagos**: autodefesa de um negro acossado pelo racismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

NOTA 10, Projeto A Cor da Cultura. São Paulo: Duplivideo, 2006. VHS.

OLIVEIRA, Mateus Ceni de. **Evolução Histórica da Capoeira no Brasil**. 2003. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) – Curso de Educação Física, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REGO, Waldeloir. **Capoeira Angola**: ensaio sócio-etnográfico. Salvador: Itapuã, 1968.

SILVEIRA, Alair Suzeti da. **O papel ideológico do preconceito racial**. Revista Verve, Porto Alegre, 1988.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da pesquisa**. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.